



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 4746/**MAP** – 30 Junho 09

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º. 1696/X/4ª

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º. 2540 de 30 do corrente, do Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Peł A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM



MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Entrada N.º <u>4458</u>
Processo N.º <u>30/06/2009</u>

Exma. Senhora

Dra. Maria José Ribeiro

Chefe de Gabinete de Sua Excelência

o Ministro dos Assuntos Parlamentares

2009 06 30 02540 -

ASSUNTO: Pergunta 1696/X- AC, de 23 de Março de 2009, Pagamentos em atraso do POPH à Fundação Odemira – Concelho de Odemira – (PCP)

Na sequência do ofício enviado pelo Gabinete do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares e em resposta à pergunta mencionada em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de, relativamente às questões colocadas que se referem às suas competências específicas em razão da matéria, transmitir a seguinte informação:

Pelos serviços competentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social foi prestada a seguinte informação:

Registaram-se alguns atrasos nos pagamentos às Escolas Profissionais, decorrentes da transição entre períodos de programação do QCA III para o QREN, situação que actualmente já se encontra totalmente ultrapassada.

Os referidos atrasos decorreram da implementação do Sistema de Informação (SIIFSE), o qual tem estado a ser desenvolvido paralelamente à implementação do próprio programa, originando atrasos designadamente ao nível da apresentação da despesa e, em consequência, da respectiva análise e pagamento – com a normalização do Sistema, esta situação encontra-se ultrapassada; De salientar que face às dificuldades sentidas pelas entidades, no final do ano lectivo passado – Julho de 2008, estando consciente das dificuldades sentidas pelas Escolas Profissionais, tinha já a Comissão Directiva do POPH, no seguimento de orientações da Comissão Ministerial, adoptado mecanismos específicos visando evitar constrangimentos a nível do financiamento das escolas, nomeadamente através do pagamento célere da despesa apresentada até essa data, permitindo que a maioria das entidades fossem ressarcidas das despesas realizadas, até ao limite de 60% dos montantes aprovados em candidatura.

